

Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.

Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024

Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.7 às demonstrações contábeis, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

TUCANO F2 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.776	31.321	26.243
Contas a receber de clientes		-	166	-
Contas a receber partes relacionadas		2.902	3.291	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		575	918	413
Outros tributos a recuperar		1	1	401
Outros ativos	4	516	7.184	11.898
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		17.770	42.881	38.955
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Cauções e depósitos vinculados		2.340	2.129	1.895
Imobilizado, líquido	5	181.517	177.677	127.723
Intangível, líquido		303	336	2.762
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		184.160	180.142	132.380
TOTAL DO ATIVO		201.930	223.023	171.335
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores		3.833	461	427
Empréstimos e financiamentos	6	3.798	3.520	1.158
Passivo de arrendamento		47	43	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		297	114	34
Outros tributos a pagar		106	5	2
Dividendos a pagar		270	448	161
Outras obrigações	7	-	11.239	96
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		8.351	15.830	1.878
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos e financiamentos	6	79.471	84.211	75.086
Passivo de arrendamento		4.277	4.324	3.083
Tributos diferidos		-	272	366
Outras obrigações	7	2.427	2.508	468
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		86.175	91.315	79.003
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado		92.825	92.825	82.226
Reserva de lucros		14.579	23.053	8.228
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	107.404	115.878	90.454
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		201.930	223.023	171.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F2 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	9	24.909	23.165
Custo de produção e operação de energia	10	(12.372)	(5.563)
LUCRO BRUTO		12.537	17.602
Gerais e administrativas		(22)	(29)
Outras despesas operacionais		(11)	(6)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(33)	(35)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		12.504	17.567
Receitas financeiras		3.111	4.116
Despesas financeiras		(7.558)	(4.585)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	11	(4.447)	(469)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO		8.057	17.098
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.626)	(2.081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		272	95
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	12	(2.354)	(1.986)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.703	15.112

TUCANO F2 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.703	15.112
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	5.703	15.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F2 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		82.226	419	7.809	-	90.454
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.112	15.112
Aumento de capital		10.599	-	-	-	10.599
Constituição de reserva legal		-	756	-	(756)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	14.069	(14.069)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(287)	(287)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8	92.825	1.175	21.878	-	115.878
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.703	5.703
Constituição de reserva legal		-	285	-	(285)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	5.310	(5.310)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	(14.069)	-	(14.069)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(108)	(108)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8	92.825	1.460	13.119	-	107.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F2 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	2024	2023
		(Reapresentado)
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	5.703	15.112
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	10 7.257	3.286
Variação monetária	6 e 11 -	453
Juros sobre passivo de arrendamento	11 400	108
Encargos financeiros de dívidas e amortização de custos de transação	6 e 11 6.386	5.738
Atualização da provisão para desmobilização	11 43	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	12 (272)	(95)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11 (237)	(251)
	19.280	24.351
Variação de ativos e passivos operacionais	1.364	11.889
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.539)	(632)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	6 (6.327)	(1.626)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(333)	(108)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	12.445	33.874
Atividades de investimentos:		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(11.033)	(46.306)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.033)	(46.306)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos (juros)	6 -	8.224
Custo de empréstimos e financiamentos (custos de transação e prêmios)	6 (1.001)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	6 (3.520)	(1.302)
Pagamentos de passivo de arrendamento (principal)	(107)	(28)
Dividendos pagos	(14.355)	-
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	26	17
Aumento de capital	-	10.599
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(18.957)	17.510
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(17.545)	5.078
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	31.321	26.243
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	13.776	31.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída 02 de dezembro de 2019, com sede na Fazenda Rancho Alegre, s/nº, na cidade de Tucano, Estado da Bahia, tem por objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding II S.A. e indiretamente pela Auren Energia S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ("ANEEL"), Resolução Autorizada ("REA") conforme portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME") para comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"):

Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
ACL	REA 8817/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	4	24,8	11,5

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

Comercialização de energia

Em 03 de setembro de 2020 a Companhia firmou um contrato de compra e venda de energia com a Auren Operações S.A. e em parceria com a Anglo American Níquel Brasil Ltda., para fornecimento de 70 MW médio pelo período de 15 anos, que deu início em fevereiro de 2023.

1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 24 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *Constrained-off* mencionado na nota 13.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2.7 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.7 Revisão de política contábil--Continuação

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$26.207 e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$31.281 da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve um aumento nas atividades operacionais no montante de R\$5.074, conforme demonstrado a seguir:

01/01/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	36	26.207	26.243
Investimentos de curto prazo	26.207	(26.207)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	413	-	413
Outros tributos a recuperar	401	-	401
Outros ativos	11.898	-	11.898
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	38.955	-	38.955
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	1.895	-	1.895
Imobilizado, líquido	127.723	-	127.723
Intangível, líquido	2.762	-	2.762
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	132.380	-	132.380
TOTAL DO ATIVO	171.335	-	171.335

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.7 Revisão de política contábil--Continuação

31/12/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	40	31.281	31.321
Investimentos de curto prazo	31.281	(31.281)	-
Contas a receber de clientes	166	-	166
Contas a partes relacionadas	3.291	-	3.291
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	918	-	918
Outros tributos a recuperar	1	-	1
Outros ativos	7.184	-	7.184
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	42.881	-	42.881
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	2.129	-	2.129
Imobilizado, líquido	177.677	-	177.677
Intangível, líquido	336	-	336
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	180.142	-	180.142
TOTAL DO ATIVO	223.023	-	223.023
31/12/2023	Original	Reclassificação	Reapresentação
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	15.112	-	15.112
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	3.286	-	3.286
Atualização monetária	453	-	453
Juros sobre arrendamento	108	-	108
Encargos financeiros de dívidas	5.738	-	5.738
Tributos e contribuições sociais diferidos	(95)	-	(95)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(3.862)	3.862	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(251)	-	(251)
	20.489	3.862	24.351
Varição de ativos e passivos operacionais	11.958	(69)	11.889
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	3.497	(3.497)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(632)	-	(632)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(1.626)	-	(1.626)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(108)	-	(108)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(4.778)	4.778	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	28.800	5.074	33.874
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(46.306)	-	(46.306)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(46.306)	-	(46.306)
Atividades de financiamentos:			
Ingressos de novos empréstimos	8.224	-	8.224
Pagamento de empréstimos (principal)	(1.302)	-	(1.302)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(28)	-	(28)
Aumento de capital	10.599	-	10.599
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	17	-	17
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	17.510	-	17.510
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4	5.074	5.078
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	36	26.207	26.243
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	40	31.281	31.321

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário disponível	643	40	36
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	6.663	31.281	26.207
Quotas de fundos de investimento (a)	6.470	-	-
Total	13.776	31.321	26.243

(a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média de 98,43% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,51% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4 OUTROS ATIVOS

	2024	2023
Circulante		
Multas por atrasos (i)	-	7.180
Contas a receber de partes relacionadas	60	4
Despesas pagas antecipadamente	271	-
Seguros a receber	185	-
Total	516	7.184

(i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

5 IMOBILIZADO--Continuação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38%	6.913	(383)	6.530	17.588
Máquinas e equipamentos	4,03%	182.341	(10.348)	171.993	156.994
Móveis e utensílios e outros	6,79%	18	(4)	14	-
Veículos	13,38%	9	(4)	5	-
Bens vinculados às concessão e autorizações		189.281	(10.739)	178.542	174.582
Direito de uso de terreno arrendado (i)	3,33%	3.400	(425)	2.975	3.095
Total Imobilizado		192.681	(11.164)	181.517	177.677

- (i) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu os ativos de direito de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

5 IMOBILIZADO--Continuação

(b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização e custos socioambientais	Transferências / Reclassificações (I)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.197	-	-	-	(11.284)	6.913
Máquinas e equipamentos	160.014	-	-	34	22.293	182.341
Móveis e utensílios e outros	-	-	-	-	18	18
Veículos	-	-	-	-	9	9
Imobilizado em serviço	178.211	-	-	34	11.036	189.281
Imobilizado em curso	-	10.189	-	-	(10.189)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	178.211	10.189	-	34	847	189.281
Direito de uso de terreno arrendado	3.402	-	(2)	-	-	3.400
Subtotal	181.613	10.189	(2)	34	847	192.681
Depreciação / Amortização arrendamento	(3.936)	(7.245)	-	-	17	(11.164)
Total Imobilizado	177.677	2.944	(2)	34	864	181.517

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Juros capitalizados	Transferências (I)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.468	-	-	-	-	13.729	18.197
Máquinas e equipamentos	4.599	-	-	2.140	-	153.275	160.014
Imobilizado em serviço	9.067	-	-	2.140	-	167.004	178.211
Imobilizado em curso	117.044	46.306	-	-	1.799	(165.149)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	126.111	46.306	-	2.140	1.799	1.855	178.211
Direito de uso de terreno arrendado	2.219	-	1.183	-	-	-	3.402
Subtotal	128.330	46.306	1.183	2.140	1.799	1.855	181.613
Depreciação / Amortização arrendamento	(607)	(3.286)	(48)	-	-	5	(3.936)
Total Imobilizado	127.723	43.020	1.135	2.140	1.799	1.860	177.677

- (i) Os montantes de transferências e reclassificações são referentes às unitizações ocorridas após o término do período de construção, através da emissão de laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Estas reclassificações são necessárias para uma correta apresentação dos custos de imobilizado. O montante final de R\$864 refere-se às transferências ocorridas do Intangível para o Imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

6.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa efetiva	2024									
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Banco do Nordeste do Brasil - ("BNB")	2045	IPCA + 2,26%	3.346	552	(100)	3.798	74.369	6.644	(1.542)	79.471	83.269
Total de Empréstimos e financiamentos			3.346	552	(100)	3.798	74.369	6.644	(1.542)	79.471	83.269

Vencimento	Taxa efetiva	2023									
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Banco do Nordeste do Brasil - ("BNB")	2045	IPCA + 2,26%	3.232	328	(40)	3.520	77.715	7.157	(661)	84.211	87.731
Total de Empréstimos e financiamentos			3.232	328	(40)	3.520	77.715	7.157	(661)	84.211	87.731

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

6.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma: --Continuação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

6.2 A movimentação da dívida é como segue:

	Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2022	76.244
Ingressos	8.224
Encargos financeiros	5.699
Variação monetária	453
Pagamento de principal	(1.302)
Pagamento de encargos financeiros	(1.626)
Amortização dos custos de transação	39
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.731
Encargos financeiros	6.327
Pagamento de principal	(3.520)
Pagamento de encargos financeiros	(6.327)
Diferimento dos custos de transação	(1.001)
Amortização dos custos de transação	59
Saldos em 31 de dezembro de 2024	83.269

6.3 Características da dívida

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNB	74.003	Julho de 2021	IPCA + 2,26%	Mensal (a partir de agosto de 2023)	Mensal (a partir de agosto de 2023)	83.269	Julho/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II

6.4 Parcelas relativas ao principal de empréstimos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Empréstimos	Encargos	Custos de transação	Total
2026	3.261	291	(101)	3.451
2027	3.420	305	(101)	3.624
2028	3.601	322	(102)	3.821
2029	3.788	338	(100)	4.026
2030	3.990	356	(98)	4.248
2031 em diante	56.309	5.032	(1.040)	60.301
Total	74.369	6.644	(1.542)	79.471

6.5 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

6.5 Compromissos financeiros - “Covenants”--Continuação

Objetivo	Covenant
----------	----------

Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ICSD: $\geq 1,1x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

7 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
Circulante		
Partes relacionadas	-	4
Outros (i)	-	11.235
Subtotal	-	11.239
Não circulante		
Retenções contratuais	-	45
Meio ambiente	2.055	1.810
Desmobilização	372	331
Outros	-	322
Subtotal	2.427	2.508
Total	2.427	13.747

- (i) Referem-se às obrigações relativas ao fornecimento de turbinas e equipamentos, que foram reclassificadas da rubrica de Fornecedores para posterior compensação com o ativo decorrente de multas previstas em contrato, que estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* por atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico. Os montantes foram integralmente compensados e liquidados no terceiro trimestre de 2024.

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2024	2023
Acionistas		
Tucano Holding II S.A.	92.824.664	92.824.664
Total das ações ordinárias	92.824.664	92.824.664

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$92.825, composto por 92.824.664 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

8.2 RESERVAS DE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$285 (R\$756 em 31 de dezembro de 2023), através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024. A Companhia constituiu R\$5.310 (R\$14.069 em 31 de dezembro de 2023) a título de reserva de investimentos.

8.3 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou R\$108 (R\$207 em 31 de dezembro de 2023) a título de dividendos mínimos obrigatórios. Adicionalmente, durante o exercício, a Companhia destinou o montante de R\$14.069 da reserva de investimentos para pagamento de dividendos intermediários.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE--Continuação

	2024	2023
Contratos Bilaterais	245	-
Mercado de curto prazo	57	642
Partes relacionadas	24.713	8.368
Lucro cessante (i)	795	14.959
Receita operacional bruta	25.810	23.969
(-) PIS e COFINS	(901)	(804)
Receita operacional líquida	24.909	23.165

- (i) Refere-se a multa previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Mercado de curto prazo	(606)	(140)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.209)	(2.078)
Taxa de fiscalização ANEEL	(235)	(1)
Subtotal	(3.050)	(2.219)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(1.521)	(52)
Depreciação e amortização	(7.257)	(3.286)
Seguros	(510)	-
Contribuições setoriais	(34)	-
Outras receitas (custos) operacionais	-	(6)
Subtotal	(9.322)	(3.344)
Total	(12.372)	(5.563)

11 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.874	3.862
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	237	251
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	-	3
Subtotal	3.111	4.116
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	(6.386)	(5.738)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	-	(453)
Atualização monetária de desmobilização	(43)	-
Juros sobre arrendamento	(400)	(108)
Juros capitalizados no imobilizado em curso	-	1.799
Tarifas e encargos bancários	(71)	-
Outras despesas financeiras	(658)	(85)
Subtotal	(7.558)	(4.585)
Total Líquido	(4.447)	(469)

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional tributável	33.501	25.092	33.501	25.092
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	2.680	2.007	4.020	3.011
Outros ajustes	4.760	3.918	4.760	3.918
Base de cálculo	7.440	5.925	8.780	6.929
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.116)	(889)	(790)	(624)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(720)	(569)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(1.836)	(1.457)	(790)	(624)
IRPJ e CSLL diferido	176	62	96	33
IRPJ e CSLL no resultado	(1.660)	(1.395)	(694)	(591)
Alquota efetiva	22,3%	23,5%	7,9%	8,5%

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	643	643	40	40	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	6.663	6.663	31.281	31.281	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de investimento	3	6.470	6.470	-	-	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados		2.340	2.340	2.129	2.129	Custo amortizado
Contas a receber de clientes		-	-	166	166	Custo amortizado
Total		16.116	16.116	33.616	33.616	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		3.833	3.833	461	461	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	6	83.269	83.269	87.731	87.731	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		4.324	4.324	4.367	4.367	Custo amortizado
Dividendos a pagar		270	270	448	448	Custo amortizado
Total		91.696	91.696	93.007	93.007	

13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	13.776	31.321
Cauções e depósitos vinculados	2.340	2.129
Contas a receber de clientes	-	166
Total	16.116	33.616

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b.2) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia controla também monitorando constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	83.269	87.731
Caixa e equivalentes de caixa	(13.776)	(31.321)
Garantia de financiamento	(2.340)	(2.129)
Dívida líquida	67.153	54.281
Patrimônio líquido	107.404	115.878
Índice de alavancagem financeira	62,52%	46,84%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 6.5.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, esses valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 6. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	3.833	-	-	-	-	3.833	461
Empréstimos, financiamentos	2.989	8.723	22.396	34.424	108.365	176.897	149.450
Passivo de arrendamento	12	37	54	272	4.122	4.498	4.521
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	448
Total	6.834	8.760	22.450	34.696	112.487	185.228	154.880

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b.3) Risco de liquidez--Continuação

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2024.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs ,Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento)	13.133	31.281
Empréstimos e financiamentos	(84.911)	(88.432)
Total	(71.778)	(57.151)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	6.663	463	695	926	1.158	1.389
Quotas de fundos de investimento	CDI	6.470	450	675	899	1.124	1.349
Impacto no resultado			913	1.370	1.825	2.283	2.738
Total da exposição líquida			913	1.370	1.825	2.283	2.738

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros--Continuação

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
BNB	IPCA	(84.911)	(4.090)	(5.175)	(6.260)	(7.346)	(8.431)
Impacto no resultado			(4.090)	(5.175)	(6.260)	(7.346)	(8.431)
Total da exposição líquida			(4.090)	(5.175)	(6.260)	(7.346)	(8.431)

Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custo de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contrato de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente acompanhados pela Administração. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo Auren é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do constrained-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reparações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do constrained-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do constrained-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reparações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por constrained-off.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

***Constrained-off* de usinas eólicas--Continuação**

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.